REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2016
(Do Sr. NILSON LEITÃO)

Solicita informações relativas aos critérios de repasse de recursos da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, especialmente no que se refere à aplicação da regra contida no art. 35, § 2º, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que trata das situações de repasses a estados e municípios sujeitos a notório processo de migração, e à maneira pela qual a União disciplina as situações de repasse em municípios com grande fluxo migratório, tendo em vista o fato de haver pessoas que mantêm seus títulos de eleitor em um local e estabelecem residência em outro.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Saúde:

1 – Quais são, na prática, os critérios de repasse de recursos da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, especialmente no que se refere à aplicação da regra contida no art. 35, § 2º, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que trata das situações de repasses a estados e municípios sujeitos a notório processo de migração? Qual o peso de cada um desses critérios?

2 – Como a União disciplina as situações de repasse em municípios com grande fluxo migratório, tendo em vista o fato de haver pessoas que mantêm seus títulos de eleitor em um local e estabelecem residência em outro?

CD161354595861

CD161354595861

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990¹, dispôs, em seu art. 35, sobre as condições para o estabelecimento de valores a serem transferidos pela União aos Estados, Distrito Federal e municípios. Determinou que, para a aferição dos montantes, deveriam ser combinados diversos critérios, segundo análise técnica de programas e projetos. A título de ilustração, transcrevo o art. a seguir:

“Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

I - perfil demográfico da região;

II - perfil epidemiológico da população a ser coberta;

III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;

IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;

V - níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais;

VI - previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;

VII - ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

~~§ 1º Metade dos recursos destinados a Estados e Municípios será distribuída segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente de qualquer procedimento prévio. (Revogado pela Lei Complementar nº 141, de 2012) (Vide Lei nº 8.142, de 1990)~~

§ 2º Nos casos de Estados e Municípios sujeitos a notório processo de migração, os critérios demográficos mencionados nesta lei serão ponderados por outros indicadores de crescimento populacional, em especial o número de eleitores registrados.

§ 3º (Vetado).

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

§ 4º (Vetado).

§ 5º (Vetado).

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não prejudica a atuação dos órgãos de controle interno e externo e nem a aplicação de penalidades previstas em lei, em caso de irregularidades verificadas na gestão dos recursos transferidos.”

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990², posteriormente, determinou, em seu art. 3º, § 1º, que, enquanto não fosse regulamentada a aplicação dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 1990, seria utilizado, para o repasse de recursos, exclusivamente o critério do § 1º do mesmo artigo. Ou seja: metade dos recursos destinados a Estados e Municípios seria distribuída segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente de qualquer procedimento prévio.

Acontece que, com o advento da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012³, esse parágrafo 1º foi expressamente revogado. Com isso, essa Lei Complementar também passou a dispor sobre o assunto em seus arts. 1º, III, 17 e 19. Transcrevo-os a seguir:

“Art. 1º Esta Lei Complementar institui, nos termos do § 3o do art. 198 da Constituição Federal:

(...)

III - critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados aos seus respectivos Municípios, visando à progressiva redução das disparidades regionais;

(...)

Art. 17. O rateio dos recursos da União vinculados a ações e serviços públicos de saúde e repassados na forma do caput dos arts. 18 e 22 aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios observará as necessidades de saúde da população, as dimensões epidemiológica, demográfica,

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm

socioeconômica, espacial e de capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde e, ainda, o disposto no art. 35 da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, de forma a atender os objetivos do inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição Federal.

§ 1º O Ministério da Saúde definirá e publicará, anualmente, utilizando metodologia pactuada na comissão intergestores tripartite e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, os montantes a serem transferidos a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município para custeio das ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º Os recursos destinados a investimentos terão sua programação realizada anualmente e, em sua alocação, serão considerados prioritariamente critérios que visem a reduzir as desigualdades na oferta de ações e serviços públicos de saúde e garantir a integralidade da atenção à saúde.

§ 3º O Poder Executivo, na forma estabelecida no inciso I do caput do art. 9º da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, manterá os Conselhos de Saúde e os Tribunais de Contas de cada ente da Federação informados sobre o montante de recursos previsto para transferência da União para Estados, Distrito Federal e Municípios com base no Plano Nacional de Saúde, no termo de compromisso de gestão firmado entre a União, Estados e Municípios.

Art. 19. O rateio dos recursos dos Estados transferidos aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde será realizado segundo o critério de necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica e espacial e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, observada a necessidade de reduzir as desigualdades regionais, nos termos do inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição Federal.

§ 1º Os Planos Estaduais de Saúde deverão explicitar a metodologia de alocação dos recursos estaduais e a previsão anual de recursos aos Municípios, pactuadas pelos gestores estaduais e municipais, em comissão intergestores bipartite, e aprovadas pelo Conselho Estadual de Saúde.

§ 2º O Poder Executivo, na forma estabelecida no inciso II do caput do art. 9º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, manterá o respectivo Conselho de Saúde e Tribunal de Contas informados sobre o montante de

CD161354595861

CD161354595861

recursos previsto para transferência do Estado para os Municípios com base no Plano Estadual de Saúde.”

Até hoje, os critérios de repasse da Lei nº 8.080, de 1990, e da Lei Complementar nº 141, de 2012, não foram explorados em minúcias, em regulamento. Há diversas normas infralegais acerca do assunto (Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011; Portaria nº 3.134, de 17 de dezembro de 2013; Portaria nº 412, de 15 de março de 2013), mas elas não esclarecem qual o peso de cada critério de repasse, qual a ponderação que é feita em caso de municípios com grande fluxo migratório.

Sabe-se que, nos casos de Estados e Municípios sujeitos a notório processo de migração, os critérios demográficos mencionados na Lei serão ponderados por outros indicadores de crescimento populacional, em especial o número de eleitores registrados. No entanto, não há, na Lei, nem em regulamento, dispositivo que discipline as situações em que as pessoas mantenham seus títulos de eleitor em um local e mantenham residência em outro.

Por isso, encaminhamos ao Ministério da Saúde este requerimento de informação questionando quais são, na prática, os critérios para repasses de recursos da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, especialmente no que se refere à aplicação da regra contida no art. 35, § 2º, da Lei nº 8.080, de 1990, que trata das situações de repasses a estados e municípios sujeitos a notório processo de migração, e como a União disciplina as situações das pessoas que mantêm seus títulos de eleitor em um local e estabelecem residência em outro.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado NILSON LEITÃO

CD161354595861

CD161354595861